

«AGAZALHAR»
A
RAINHA
DE
INGLATERRA:
UM
«DESCOMODO»
PARA A
VIZINHANÇA?

SUSANA VARELA FLOR

«AGAZALHAR» A RAINHA DE INGLATERRA: UM «DESCOMODO» PARA A VIZINHANÇA?

SUSANA VARELA FLOR¹

A recepção à rainha de Inglaterra

«Entrou a Senhora D. Catherina Raynha de Inglaterra em Lisboa em 20 de Janeiro à tarde, dia do mártir de S. Sebastião que o foy o mais miseravel frio e neve que se vio em muitos anos e veio por terra. O Marquez de Arronches a foy conduzir desde as arraias de Castela ou donde ella entrou em Portugal athe Lisboa e passando ella por Coimbra fez com o Reitor daquella Universidade que desse o ano por acabado aos estudantes com o que naquelle mês em que pasou se forão suas terras os estudantes, e passou pelo lugar do Lomear, junto delle no Campo Grande estava toda a Infantaria e Companhias da Ordenança e mais Revessigados (?), e todas as seis tropas de cavalos e estão desde o Rocio donde também ficou muita Infantaria formada por donde passou athe São Joseph estão espalhados e em alas muitos soldados, e ao Campo Grande levarão alguma artilharia meuda que também desparou suas três cargas como toda a Infantaria. Sua Magestade a foy receber apeando-se do Coche à entrada do Campo Grande [à margem: ao painel das almas donde se divide o caminho de Odivelas], aonde estava este tão copiozo exercito e vindo os dois irmãos El Rey e a dita Senhora Rainha, ambos no coche que havia mais de 30 annos que se não tinham visto já se sabe que prazer teriao de se verem ambos na sua pátria e também advirto que forao tao bem muitos fidalgos aonde estava El Rey esperando em seus coches riquíssimos e com lustrozas galas e vierão acompanhando e a forão apozentar às cazas de Alcantara, adonde foy a visita da Rainha Nossa Senhora e sua cunhada e do Principe minino seu sobrinho e dos fidalgos e fidalgas, e nobreza, e aqui nos Passos de Alcantara a deixáramos porque não aturou muito tempos nelles e se mudou para varias partes que não conto por abreviar leitura, e por ser escuzado, somente digo dos grandíssimos frios que foram no Inverno deste ano de 1693»².

Socorremo-nos deste relato manuscrito de Manuel de Almeida, cidadão de Lisboa e memorialista desta cidade, à qual dedicou registos da vida quotidiana ocorridos entre 1680-1716, para ilustrar a chegada da rainha de Inglaterra. Esta fonte documental tem a particularidade de utilizar um tom mais livre



Fig. 1 – Anónimo, *Entrada pública e primeira audiência de Monsenhor Giorgio Cornaro, Núncio Apostólico em Lisboa, 1693*, Pintura a óleo, 109x239 cm. Novo Banco Collection (em exposição no Museu Nacional dos Coches no âmbito do protocolo assinado entre o Estado e o Projecto Novo Banco Cultura em 2018).

(e logo mais crítico), afastado das homenagens oficiais preconizadas, por exemplo, pelo erudito D. Rafael Bluteau, que viu na chegada de D. Catarina a «restituição do Astro da Lusitânia»³.

Assim, em 1693, D. Catarina regressava a Lisboa após uma ausência de 31 anos, sete dos quais (1685-1692) repletos de constantes pedidos a D. Pedro II para regressar à pátria. Como tem sido amiúde salientado pelos autores que estudaram a figura de D. Catarina, a situação política em Inglaterra, as perseguições contra os católicos e o facto de possuir o estatuto de rainha-viúva e não rainha-mãe foram factores de pressão para o retorno a Portugal. Este ponto, aliás, havia sido previsto pelo Tratado de Casamento em 1662 e, dado não deixar herdeiros, todo o processo afectivo em torno do regresso se tornou mais fácil:

«Que sucedendo viver mais a Rainha quel El Rey, o poderia fazer livremente, e levar consigo todas as suas joyas, bens e móveis, para cujo efeito El Rey da Grã-Bretanha se obrigava a si e a seus herdeiros e sucessores, os quaes mandarião conduzir a Rainha honorificamente, e com toda a segurança à sua própria custa e despeza, com decoro conveniente à grandeza da sua pessoa»⁴.

Infelizmente, não possuímos imagens visuais da chegada da comitiva. Sabemos apenas que com ela viajaram 112 pessoas, 24 «coaches horses» e 20 «saddle horses»⁵. Nesse mesmo ano, chegava a Lisboa Núncio Giorgio Cornaro, cuja entrada foi materializada numa pintura representando o Terreiro do Paço (Fig. 1), a qual tem servido aos historiadores para visualizar a capital contemporânea à chegada da rainha de Inglaterra⁶.

O «agazalhamento» de D. Catarina de Bragança no palácio dos senhores de Gouveia de Riba-Tâmega, a Santa Marta

À época em que a rainha de Inglaterra (Fig 2) se instalou no palácio da paróquia de S. José, o seu proprietário – o senhor de Gouveia de Riba-Tâmega – ainda não ostentava o título de conde de Redondo, nomeação concedida por D. João V em 1707 a um descendente – Fernão de Sousa Coutinho Castelo Branco e Meneses⁷.

Parte do núcleo habitacional que deu origem ao grande palácio barroco a Santa Marta remonta, pelo menos, aos finais do século XVI, no qual habitava D. Helena de Sousa, filha do 1.º governador do Brasil, Tomé de Sousa, padroeira da capela-mor do mosteiro de Santa Marta, na qual mandou abrir tribuna a partir das suas casas contíguas, corria o ano de 1588⁸. Dez anos mais tarde, a mesma senhora mandou registar num letreiro de pedra na capela-mor do cenóbio de clarissas (e ainda hoje existente) a seguinte inscrição:

«Esta Capella he de Dona Ilena de Sousa molher de Dom Diogo Lopes de Lima vedor e semilher del Rei Dom Sebastião que com elle se perdeo em Africa na Batalha d'Alcasere e a instituiu e mandou fazer a sva cvusta e dotov a esta caza 90 mil reis de iuro assentado na Alfandega desta cidade com obrigação de se não poder nela enterrar outra pessoa algva e com missa rezada cotidiana e responso cantado no coro pelas madres deste convento e 6 misas cantadas cada ano com ladainhas e responsos por sva alma e de sev marido nos dias declarados na Instituição e Compromiso feito por Bertolomeu Gomes Pinheiro Tabeliam Publico nesta Cidade a 18 dias de Junho de 1588 e hum treslado d'elle esta no cartório deste mosteiro e outro no deste Arcebispado de cvia Obediencia este Mosteiro espera que sempre dure esta memoria se mandou fazer este Letreiro na era de 1598».



Fig 2 – Jacob Huysman (atr.), Retrato de D. Catarina de Bragança, Pintura a óleo, C.ª 1665, Col. Universidade Autónoma de Lisboa.

Sobre a edificação ou benfeitorias das casas no final do século XVI não temos notícia, porém assimilamos que, pela mesma época, o arquitecto Nicolau de Frias e os pedreiros António Correia e Jorge Dias surgem documentados nas obras do contíguo mosteiro de Santa Marta⁹. Mais tarde (1616), será o arquitecto Pedro Nunes Tinoco e os mestres pedreiros Miguel Fernandes, Jerónimo Dias e Pero Domingues a darem continuidade às obras do mosteiro, cujo término está datado de 1636. A proximidade destes artistas nas empreitadas monásticas de Santa Marta terá facilitado também algumas intervenções de acréscimo/melhoramento das casas contíguas, mas esta é apenas uma hipótese nossa.

D. Helena de Sousa faleceu em data incerta (após 1598), sem herdeiros, e as casas de Santa Marta foram vendidas em hasta pública. Segundo informação manuscrita do 11.º conde de Redondo, as casas foram compradas pelo conde de Redondo, mas não nos é explicitado qual o nobre em questão¹⁰. Acresce ainda o pormenor de estes senhores de Gouveia de Riba-Tâmega, um ramo colateral dos condes de Redondo, estarem documentados a viver na freguesia de S. José, pelo menos, desde a década de 30 «em aposentos extra-muro do mosteiro»¹¹, na qual viveu D. Fernão de Sousa (1563-1635), 6.º senhor de Gouveia, depois de ter regressado de Angola, onde exerceu o cargo de capitão. Tratar-se-ia do mesmo palácio, alugado temporariamente aos condes de Redondo ou de casas próprias dos senhores de Gouveia?

Em data que não conseguimos precisar (final da década de 30/início de 40) uma descendente dos condes de Redondo, D. Francisca de Menezes (irmã do 7.º e do 8.º conde de Redondo), casou-se com Tomé de Sousa, 7.º senhor de Gouveia, e foram habitar para a freguesia de S. José. Sem termos a certeza quais as casas para onde foram residir, mas assumindo que foi o palácio dos condes de Redondo, interrogamo-nos se será esta residência senhorial o resultado da junção das casas de D. Helena de Sousa/condes de Redondo e dos senhores de Gouveia? Neste último caso, teria o arquitecto Pedro Nunes Tinoco alguma intervenção nas casas destes senhores a Santa Marta, uma vez que também está documentado em 1635 a trabalhar para os senhores de Gouveia e Riba-Tâmega em Amarante no solar da família¹²? Não conseguimos avançar mais nesta investigação, nem descortinar se estamos perante o mesmo edifício. O que sabemos ao certo é que na década de 40 do século XVII na freguesia de S. José nascia a prole dos senhores de Gouveia: logo em 1642 baptizou-se Cecília, um ano depois o já referido Fernão de Sousa (1643-1707), em 1645 Maria e, dois anos mais tarde, João, futuro bispo do Porto (1647-1716).¹³ As duas irmãs – D. Cecília e D. Maria de Menezes – foram depois freiras no mosteiro de Santa Marta, facto que liga ainda mais esta família às referidas casas desde a primeira metade do século XVII. Também Fernão de Sousa foi membro da irmandade sita na capela de Nossa Senhora da Natividade em Santa Marta. O cronista do manuscrito anónimo da «História dos Mosteiros» dá-nos conta deste facto:

«Dentro do cruzeyro, aos lados da capela mor, tem duas capellas que formam seos arcos de pedraria. Em huma destas capellas, que he a da parte do Evangelho, se vê a imagem a que se deo o titulo da Senhora da Natividade, cujos milagres grangearam grande applauso e devoção à dita imagem, e de tal maneira cresceo que sendo a Igreja em sua fundação dedicada à Gloriosa Sancta Marta, por causa da devoção à Senhora, se começou a chamar da Natividade. E obrigados mytos dos beneficios recebidos da Senhora, pera melhor a servirem e se mostrar mais agradecidos, rezolveram fazer huma Irmandade, **em que se asentaram muitos fidalgos dos mais principaes da corte** tomando por sua obrigaçam a Irmandade festejar o nascimento da Virgem Senhora...»¹⁴.

Por circunstâncias que não conseguimos apurar (falecimento prematuro dos pais?), Fernão e João foram criados com o tio, D. Diogo de Sousa, inquisidor e esmoler-mor de D. João IV e arcebispo de Évora¹⁵, não sabendo nós se viveram por estes anos nas casas de Santa Marta¹⁶. Sobre estas, a nossa informação documental só volta a ser detectada no início da década de 70. Através de estudos recentes, efetuados por Nuno Cruz Grancho sobre o mecenato de D. Diogo de Sousa, sabe-se que este patrocinou o concerto de casas em Lisboa a seu sobrinho Fernão de Sousa em 1674. Embora não se discrimine qual a residência, estamos em crer tratar-se do palácio a Santa Marta que conhecia assim obras «no valor de 1333.870 reis pagos a João Dias, mestre pedreiro; Francisco Simões, carpinteiro e, João Carvalho, gesseiro»¹⁷. A melhoria das condições habitacionais correspondia ao aumento familiar, uma vez que, dois anos antes, aí nascia o herdeiro da casa, o futuro 11.º conde de Redondo¹⁸. No palácio, faleceram também a sogra, a condessa de Sarzedas, e um criado de nome Francisco¹⁹.

Em 1686, faleceu o 8.º conde de Redondo, D. Francisco de Castelo Branco, sem sucessão directa, pois o filho «faleceu sem se cobrir» e o título vagou para a coroa por não haver ascendência masculina²⁰. Este facto levou o rei D. Pedro II, em 1693, a conceder a mercê a D. Manuel Coutinho, filho segundo do marquês de Marialva e quarto neto do 1.º conde de Redondo. Como já havia sido referido por Pedro Madureira Miguel, nesse mesmo ano de 1693, Fernão de Sousa de Castelo Branco Coutinho e Meneses, sobrinho do 8.º conde, encontrava-se doente, internado no Hospital de Todos-os-Santos²¹. Embora não sejamos informados da doença de que padecia, pela leitura atenta do seu testamento, apercebemo-nos de que o seu estado era de grande fragilidade, pois não conseguiu assinar o próprio nome naquele instrumento tabeliônico. No testamento, é dado como morador «ao Rocio dentro do Hospital Real e cazas em que vive Fernão Sousa... estando ele ali presente doente em cama, mas com juízo perfeito». É possível que, juntamente com ele, estivesse D. Luiza Simoa de Portugal, sua mulher, e os filhos de ambos, dada a indicação de Fernão de Sousa viver «em umas casas dentro do Hospital» e de o bispo do Porto, seu irmão, informar estar em Santa Marta «em que por ora só moro»²².

Com efeito, em Março desse ano, vivia no palácio de Santa Marta o bispo do Porto – D. João de Sousa de Castelo Branco Coutinho e Meneses, irmão de Fernão de Sousa de Castelo Branco Coutinho e Meneses, 8.º senhor de Gouveia de Riba-Tâmega e futuro conde de Redondo (10.º). Fernão de Sousa havia sucedido na casa de seu pai, Tomé de Sousa. Foi vedor da casa real nos reinados de D. Afonso VI, D. Pedro II e de D. João V e era tido como «hum fidalgo sério, de consciência ajustada, devoto e aplicado à vida espiritual; e assim viveu sempre com exemplo e autoridade»²³. O testamento deste nobre, feito precisamente no mês de Março de 1693, confirma o retrato psicológico do 8.º senhor de Gouveia, feito por D. António Caetano de Sousa:

«D. Luisa Simoa e Conde de Sarzedas, meu cunhado e a meu irmão o Sr. Bispo do Porto [testamenteiros] e a todos peço me façam mercê de desculpar esta importunação por ser também a ultima e a mais própria do intimo afecto com que os tratei sempre e ao dito meu irmão lembro que este he o cazo em que sobretudo deve tratar a memoria, o cardal amor com que na sua e minha menoridade nos criou nosso Tio o Sr Arcebispo de Evora que esta no ceo para que nesta parte seja tão vivo imitador seu como o he em tudo e por este modo der fim a este meu testamento»²⁴.

Terá sido a ausência da família nas casas de Santa Marta por doença prolongada do 8.º senhor de Gouveia, a ligação deste e de seu irmão, o bispo D. João, à casa real e a óptima localização do complexo de Santa Marta, constituído pelas casas habitacionais, extensa quinta e proximidade do mosteiro de Santa Marta (constituído pelas casas habitacionais, extensa quinta e proximidade do mosteiro de Santa Marta), os factores subjacentes à escolha e agrado de D. Catarina de Bragança para aí residir durante alguns meses.

Pelas fontes que temos estado a seguir, apercebemo-nos de que rapidamente a rainha de Inglaterra se descontentou com os paços de Alcântara, «porque não aturou muito tempos nelles e se mudou para varias partes»²⁵. Este descontentamento é tanto mais surpreendente se tivermos em consideração que D. Catarina de Bragança controlou pessoalmente as adaptações a efectuar na quinta real de Alcântara, pois o arquitecto Pe. Francisco Tinoco da Silva deslocou-se a Salamanca, onde ela se encontrava, para apresentar o projecto²⁶.

Depois da quinta de Alcântara, a primeira residência não pertencente ao património da casa real para a qual D. Catarina se mudou foi o palácio dos Senhores de Gouveia de Riba-Tâmega, junto ao mosteiro de Santa Marta e dessa mudança conhecem-se, felizmente, dados documentais.

No dia 9 de Março de 1693, o bispo do Porto, D. João de Sousa, expediu duas cartas: uma para o provisor e vigário-geral do Arcebispado de Lisboa e outra para o Pe. Manuel Dias, esmoler da rainha de Inglaterra, relativas a este assunto e bem esclarecedoras de todo o processo. Além disso, apercebemo-nos da azáfama e da honra para a família dos senhores de Gouveia em instalar a rainha:

«A Magestade da Grã Bretanha me ueyo fazer uizita terça feira para uer as cazas de meu irmão, em que por ora só moro **e contentarão lhe tanto, que dentro em trez dias queria uir para ellas**, e a ese fim se preparauão sobreueyolhe hua queixa de que leuou hontem duas sangrias, e hoje hua com que ficará capaz para hir comualescer às ditas cazas, por ellas mandou offerecer os aluguer que meu Irmão quizesse, e serião muito bons, porque por cazas inferiores se dão no Norte quatro e sette mil cruzados; nos quizemos só o gosto de S. Magestade se servir dellas e ser isto o menor obsequio para a nosa obrigação»²⁷.

A carta de D. João de Sousa para o Pe. Manuel Dias é também importante, não só para ilustração das intensas diligências para com a nova inquilina, como também por nos informar de que a acomodação da família do senhor de Gouveia era matéria dependente do secretário de Estado (Mendo de Fóios Pereira?).

«Meu Senhor nestes dias se continuou toda a diligência para que as cazas ficassem livres e Sua Magestade que Deos guarde a todo o tempo se servisse dellas, falta só que o Secretário de Estado com effeito faça avizo **para se despejarem as cazas que poderão seruir a meu irmão** em que não escolhe outras, em que se possa accomodar e assim pesso a V M que com toda a brevidade expida o dito avizo porque da minha parte dezejo assistir atudo o que tocar ao seruiço de S. Magestade. Deos guarde a nossa Magestade Caza»²⁸.

Sobre as casas escolhidas para acomodar os proprietários do palácio de Santa Marta em 1693 não detectámos mais informação e será necessário esperar pela Páscoa de 1695 para preenchermos o hiato documental sobre a vivência desta família. Assim, a partir de 1695, Fernão de Sousa, já recuperado, surge-nos a viver na Rua de Nossa Senhora da Escada, mais propriamente no palácio Almada, na freguesia de Santa Justa. O agregado era constituído pelos seguintes membros: «Fernando de Sousa Castelo Branco Coutinho e Meneses; D. Luísa Simoa de Portugal mulher; Thome Belchior de Sousa Castelo Branco filho; Rodrigo de Sousa; Felipe Neri de Sousa; D. Maria Rosa de Sousa; D. Francisca Xavier de Sousa filhos» e mais 19 criados²⁹. É ainda na igreja paroquial desta freguesia que se efectuou o casamento do filho mais velho – D. Tomé de Sousa Coutinho – com D. Margarida de Noronha, filha dos 3.^{os} condes dos Arcos³⁰.

Na Páscoa seguinte continuam a residir na mesma morada, facto que pode ser indicativo da permanência da rainha de Inglaterra na freguesia de S. José. O agregado familiar aumentou com a presença da nora D. Margarida de Noronha e de dois filhos do 8.^o senhor de Gouveia (Luís de Sousa e D. Cecília) que, ou por menoridade ou ausência, não tinham sido elencados na Páscoa anterior. Foram ainda contabilizados 27 criados³¹.

O preciso ano em que a rainha-viúva saiu do palácio de Santa Marta ainda não foi possível apurar³². Os dados disponíveis documentam-na a residir aí, pelo menos, entre 1693-1697. Neste último ano, mais concretamente a 14 de Junho, D. João de Sousa e D. Francisco de Sousa assinam um instrumento de concerto a propósito dos bens de Dom Luís de Sousa³³, facto que poderá significar que a rainha já estaria ausente do palácio dos Condes de Redondo. É possível que se tenha retirado logo para o Bairro Alto, sítio mais soalheiro, nomeadamente para o palácio dos condes de Soure, onde viria a redigir o testamento em Fevereiro de 1699.

A saída da rainha de Inglaterra coincide com um período de obras de «benfeitorias» no palácio de Santa Marta³⁴ sob a direcção do mesmo arquitecto que trabalhava no vizinho mosteiro³⁵. Com efeito, pelo inventário orfanológico realizado em consequência do falecimento do então 10.^o conde de Redondo, são discriminadas as obras de benfeitorias executadas pelo arquitecto João Antunes, os mestres pedreiros José Antunes, Domingos Carvalho, António João, mestre carpinteiro Manuel da Costa, além de referências aos mestres tapeceiros António de Campos e Fabião de Campos e ao entalhador Manuel Pereira³⁶.

Um «descomodo» para a vizinhança?

«Em o ultimo dia de Dezembro deste dito anno de 705 morreo a Senhora D. Catherina Rainha de Inglaterra atrás nomeada nos seus Passos que fez a Bemposta e viveo em Portugal depois que veio de Inglaterra 13 anos menos 20 dias, conforme a conta da memoria que fica atrás no ano de 1693. E advirta-se que primeiramente que fizesse asento nos seus pasos que digo, morou em Belem, em Alcantara e nas cazas do Conde de Soure que estão no fim da Rua das Partilhas e em Santa Marta, nas cazas de Fernão de Souza **e em todas estas partes deu muito detrimento à vizinhança descomodando muita gente para**

acomodar seus criados. E agora no sitio em que morreu ainda fez muito mais descomodos em cazas e terras, e assim ella, como o dito ano *Requies Cat in pace ámen*»³⁷.

A 19 de Março de 1693, D. Catarina de Bragança, já recuperada de um achaque, instalou-se no palácio de Santa Marta dos Senhores de Gouveia de Riba-Tâmega, do qual parecia estar «agradada da vivenda». Um dos temas que nos interessa reflectir neste ponto relaciona-se com o comentário suscitado por Manuel de Almeida, a propósito do incómodo que a instalação da rainha-viúva provocou na zona envolvente. Embora a observação seja sumária, o seu conteúdo é muito curioso, não só pelo acto de registar o quotidiano seiscentista na cidade de Lisboa, como também a liberdade de opinião relacionada com a vida da casa real, além das informações que dali podemos retirar a propósito das reduzidas dimensões do palácio de Santa Marta para acomodar a família da casa da rainha, bem como toda a sua capela (capelães, cantores e músicos).

Como sabemos, por estudos anteriormente feitos, a casa da rainha D. Catarina de Bragança era constituída por extensa comitiva, entre funcionários ingleses e portugueses, rondando uma média de cem pessoas³⁸ ao seu serviço entre 1693-1706.³⁹ Se os mais chegados tiveram agasalhamento no palácio a Santa Marta, outros houve que tiveram de se instalar proximamente, facto que obrigou ao arrendamento de casas. Infelizmente, até ao momento, não se encontraram dados provenientes dos *Róis de Confessados* desta freguesia que nos ajudassem a perceber esta distribuição sociológica, como conseguimos recolher para Belém, nomeadamente quando a rainha esteve a viver no palácio dos condes de Aveiras⁴⁰.

Por seu turno, o mosteiro de Santa Marta também não ficou alheio à instalação temporária da rainha-viúva:

«A Rainha da Gram Bretanha se recolheo a este ano **e escolhendo cazas lhe pareceirão/ melhores as de meu irmão, donde fica e mandou abrir tribuna [a igreja] pra as freiras**, e por outras circunstancias/ esta agradada da uivenda, e nós muito mais em que admitise este tão inferior serviço do nosso animo. V S emcomendeme a nosso Pe pessalhe me de conhecimento do mais em que o posso agradar, e Deos /guarde a V P. Lisboa de Março 19 de 1693»⁴¹.

Neste sentido, o incómodo atingiu também as religiosas da seráfica Ordem de S. Francisco, se atentarmos bem nas palavras do autor anónimo do manuscrito, reveladoras do carácter de excepcionalidade de que os pedidos da rainha vinham revestidos:

«no tempo em que a Serenissima Senhora D. Catherina, Rainha da Gram Bretanha foy moradora no Palacio do Conde de Redondo, immediato à dita Igreja, fez abrir huma tribuna na capela mor, da qual se servia a sua devoção pera assistir e venerar ao Senhor Sacramento, pera ouvir missa e assistir à pregação. **Mas logo que Sua Magestade deyxou a habitação do dito Pallacio se fechou a Tribuna sem que as Religiosas, por mays que foram solicitadas permitissem continuar o uzo da tribuna e não o quizeram consentir por lhe parecer menos conveniente ao seu recolhimento**»⁴².

As informações sobre as transformações que a rainha de Inglaterra introduziu no quotidiano das freiras clarissas para ouvir missa em Santa Marta (Fig. 3) aparecem-nos mais discriminadas em papéis do 11.º conde de Redondo, pois no ano de 1714, D. Tomé de Sousa Coutinho de Meneses requereu ao bispo de Targa e provisor-geral do Arcebispado de Lisboa a autorização para a reabertura da tribuna de forma perpétua. Nesse pedido, estavam contidos os vários argumentos, pelos quais a decisão se deveria reger, conforme aconselhado de forma não oficial pelo Nuncio:

«Diz o Nuncio que não se deve dizer nem negar que foy aberta por mim porque quanto mays antiga se entender que he mays facilmente se concedera a confirmação,

Dir-se-ha que a dita tribuna he muito antiga na nossa casa e que consta de documentos authenticos que ja a havia no tempo del rey D. Sebastião sem se declarar que despoys disso a mandou fechar huma minha antecessora porque ainda que consta que foy voluntariamente, diz o Nuncio que se poderá suspeytar que fosse por alguma couza.

Dir-se-ha que a dita tribuna não tem inconveniente algum poys como se ve da planta da igreja está a tribuna em parte que não só se não veem os coros das religiosas mas nem se ouvem. E que ficando ainda o pulpito muito mais perto he rarissimo o pregador que nella se entende. **E q por esta cauza, quando a R^a de Inglaterra morou nestas cazas, mandou pôr hum pulpito mays perto como na planta se vê, para poder ouir os pregadores.** Que não só da dita tribuna se não descobre nada do coro das religiosas mas ainda tão pouca parte do corpo da igreja que della se não pode ouvir missa em nenhum altar, mays que no da cappela mor. E que a tribuna he toda fechada de grades de ferro tão juntas como as proprias das religiosas. E que fica em lugar tão alto e separado do altar que não cuaza embaraço aos officios divinos.

Que da tribuna não só se não segue inconveniente mas antes grande utilidade ao culto divino e às religiosas poys servio de grande ornamento à capella mor a obra que nella fiz, alem das muitas peças e adornos, que lhe tenho dado. E que continuamente de dia e de noyte tenho tres alampadas acezas na dita igreja. E que às religiosas dey doys mil cruzados em dinheiro com que comprarão sincoenta mil rs de juro cada anno quando me derão o seo consentimento para pedir à S. Santidade confirmação para sempre da dita tribuna. O qual consentimento deo toda a comunidade Nomine discrepante, e foy approvedo pelo Arcebispo de Lx^a seo prelado D. João de Souza: E já o Cardeal de Souza seo antecessor tinha dado o seo consentimento E que se se não confirmar a dita tribuna, perderam as religiosas as ditas conveniencias por ser com esta condição o contrato que com ellas fiz. E que a cauza de eu procurar de S. Santidade a confirmação da tribuna, he a de não saber que em tempo algum fosse aberta com o beneplacito apostolico.

Que em Lx^a há muitas tribunas em muitas igrejas como tem o Conde de Atouguia nos Franciscanos de Xabregas, o Visconde de Barbacena nos Agostinhos Descalços da Boa Hora, o Bisconde de Ponte de Lima em S. Lourenço, o Conde de Coculim e de Villa Verde em São João da Praça, e outras muytas, ainda de pessoas inferiores. E que ainda que a minha seja em Igreja de Religiosas como he em lugar que nem são vistas, nem ouvidas, se deve reputar na mesma forma que nas outras»⁴³.

Como podemos verificar, o processo é interessante, não só pelos meios utilizados para convencer o arcebispo a autorizar a abertura da tribuna, bem como pela quantidade de informações que contém sobre a edificação desta, com a referência a dois elementos da família – D. Diogo de Sousa, arcebispo de Évora, e D. João, bispo do Porto, a facilitarem as autorizações para o uso da tribuna.

Em paralelo, o pedido formal é importante porque tem anexadas duas plantas, numa das quais é visível a marcação do púlpito portátil (Fig. 4), junto às grades da capela-mor, no qual D. Catarina de Bragança assistia aos ofícios religiosos, conforme testemunhas ajustadas por D. Tomé de Sousa:

«Manuel Ferreira de Sousa, porteiro da Missa do Reverendo Cabido da Sé: “vivendo no dito palacio a Serenissima Raynha da Gram Bertanha e Infante deste Reyno a Senhora Dona Catherina pera poder ouuir os sermoens na dita tribuna mandara por junto das grades do cruzeiro da dita igreja hum pulpito portatil por quanto o da igreja fica em tanta distancia da dita tribuna que se o pregador nam he de voz alta e clara se nam percebe nella tudo o que diz no dito pulpito.

Joseph Nunes de Carvalho, gentilhomen da casa do excelentissimo Impetrante e morador em sua casa: “E dice que no dito palacio vivera a Serenissima Raynha da Gram Bertanha infante deste reyno a Senhora Dona Catherina e que nesse tempo mandara colocar hum pulpito portatil junto das grades do cruzeiro pera poder ouuir os sermoens por se nam perceber o que os pregadores diziam no pulpito da igreja salvo sendo de vos cham e alta o que sabe por ver na dita igreja o pulpito portátil»⁴⁴.

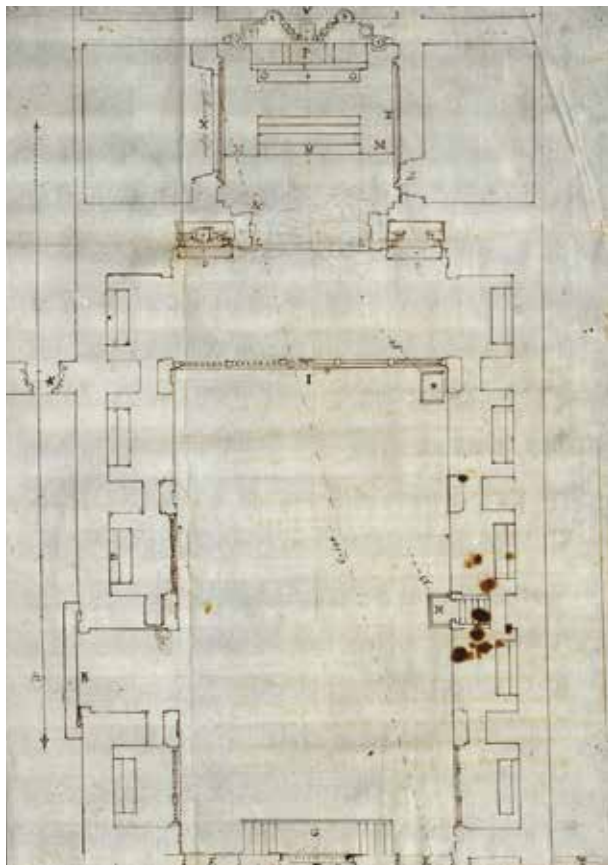


Fig. 3 – Planta, DGLAB/TT, Colecção Adília Mendes, maço 3, nº 2.

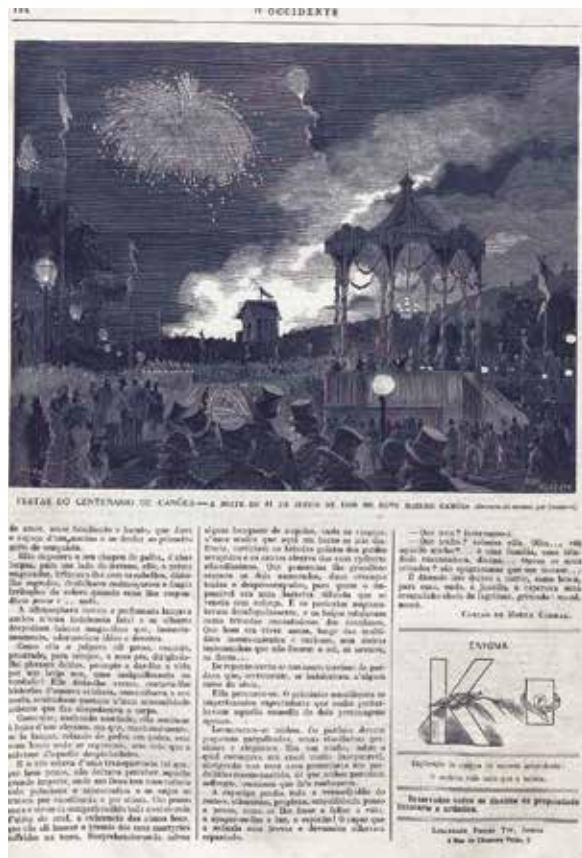


Fig. 4 – Planta, DGLAB/TT, Coleção Adília Mendes, maço 3, nº 2.

Perante tais argumentos, a 7 de Junho de 1714, o 11.º conde de Redondo recebia a autorização de abrir perpetuamente a tribuna que ligava o seu palácio à capela-mor do convento de Santa Marta. Este facto, curiosamente, agradeceu ao arquitecto Carlos Guimac, o qual, desde 1712, estava em Roma, e pelo extracto da carta que aqui deixamos, infere-se que teve particular peso no veredicto final:

«...os allegres parabens da feliz alliança que vem feito com a illustre Casa de Atouguia casandose com a filha do Snr. Conde que Ds. tem. Espero vella multiplicadamente na prole e para gloria do Reino e porque os filhos sempre são acompanhados de aquellas benções que deus comparte a quem he tanto seu amigo como VEx^a que em tudo ha ... verdadeiro e generoso, attributos que nos fazem mais simlantes a elle. Soffrira também V. Exa que entre tantas alegrias eu me de a mim os parabens pois foy não inutil estromento para que V. Ex^a finalmente conseguisse o que desejava toccante a tribuna da Igreja das freiras de S. Marta toccandome a honra de recomendar o seu memorial ao Snr(Illmo.^o) Cardeal Cornini Orefeuti da Congregação e elle vendome com alguma noticia do que pedia quis que o informasse com toda a especificação como fiz e elle attentamente me ouvo e me disse tambem que o mesmo e fizesse ao seu ouuidor como eu logo declarei ao Illmo Padre Diogo Curado e elle prontamente e seguio e assim estimo muito ter concorrido em hua causa que ainda que se devia de justiça e era portada de talentos superiores com tudo sendo de V.Ex^a de quem eu me glorio

ter o honrado character de seo mais humilde e muito parcial servo me parece que agora com maior verdade e rezão possa e deva qualificarme. Roma 17 de março de 1714

Seo mais rendido e maior venerador de VExa^a

Carlos Gimac».

Sobre a articulação e trabalho que se possa ter desenvolvido entre este arquitecto maltês aquando da sua estadia em Lisboa (1695-1712) e a casa dos condes de Redondo, não possuímos mais informação, mas não deixa de ser interessante salientar o conhecimento estabelecido e a familiaridade que levou D. Tomé de Sousa a pedir a sua intercessão em Roma para a abertura da tribuna de Santa Marta.

Os bens de D. Catarina segundo o inventário de 1705

Em consequência deste enfoque dado à instalação de D. Catarina no palácio dos futuros condes de Redondo, no âmbito do estudo da itinerância da casa da rainha de Inglaterra por palácios e quintas de Lisboa, existe um outro ponto merecedor da nossa reflexão: a deslocação do seu imenso património móvel. Sabemos que quando a família real se deslocava até Caldas, Sintra, Salvaterra de Magos ou Vila Viçosa eram transportadas peças e apetrechos requeridos à sua acomodação, embora a vedoria contasse sempre com equipamento deixado nos paços reais e, para tempos mais recuados, era a população que fornecia os utensílios necessários⁴⁶.

Para o caso concreto do património móvel de D. Catarina de Bragança, não possuímos, até à data, qualquer referência documental que nos explicita como a sua casa geriu a itinerância e respectiva acomodação dos objectos: se viajava apenas com o que lhe era necessário ou se se fez acompanhar pelos seus bens por todos os palácios em que viveu ao longo dos 12 anos contados desde que chegou a Lisboa até à data do falecimento (1693-1705)⁴⁷.

No caso da deslocação do património móvel de D. Catarina, a reflexão não é de somenos, se pensarmos que habitou o palácio da Quinta Real de Alcântara (1693), o palácio dos senhores de Gouveia e Riba-Tâmega (1693-1697?), o paço da Ribeira (?), o palácio da Corte-Real (?-1699), o palácio dos condes de Soure (1699-1700), o palácio dos condes de Aveiras (1701) até, finalmente, se instalar no seu palácio à Bemposta⁴⁸, no qual reuniu milhares de peças. Com efeito, pelo inventário publicado por Virgínia Rau, a partir de uma cópia existente na biblioteca do 1.º duque de Cadaval, sabemos que, a 1 de Janeiro de 1706, D. Pedro II ordenava o «Auto do Inventário dos Bens Móveis que ficaram por morte da Sereníssima Rainha de Inglaterra». O rol foi dividido em 29 itens, para o qual foram chamados: Bartolomeu de Sousa Mexia, procurador da Casa do Infântado e administrador dos paços de Bemposta; João de Campos de Andrade, contador dos contos do reino, e Francisco Ferreira Nobre, guarda-joias da casa de Bragança. Na tarefa de inventariar os bens de D. Catarina, exerceram as funções de juiz, escrivão e tesoureiro, respectivamente⁴⁹. A complementar as suas tarefas, tiveram a ajuda de dois ourives de ouro e avaliadores da pedraria da Casa da Índia – Manuel Nunes e Manuel Leal – e de dois ourives/oficiais de contraste de ouro e prata da corte – Manuel Pereira da Silva e António Martins de Almeida, respectivamente. Do seu trabalho deixamos aqui elencada a divisão dos bens:

1 – Joyas e brincos que se vão entregando a Francisco Ferreira Nobre Guarda jóias da Caza de Bragança
2 – Prata que se entrega ao dito Francisco Ferreira Nobre Guarda jóias da Caza de Bragança. Prata Dourada
3 – Prata Branca
4 – Razão do dinheiro
5 – Peças várias que não são de prata pertencentes ao ornato do Paço que se entregaram ao dito Guarda-jóias Francisco Ferreira Nobre
6 – Prata, Ornamentos e mais peças do serviço da Capela Real que fica entregue ao Thezou-reiro della o Pe Manuel Luiz Ribeiro
7 – Imagens e Pinturas
8 – Pedra de Ara e Ornamentos
9 – Ornamentos Brancos
10 – Ornamentos Encarnados
11 – Ornamentos Verdes
12 – Ornamentos Roxos
13 – Ornamentos Pretos
14 – Almofadinhas dos Altares
15 – Roupa Branca
16 – Livros e mais couzas pertencentes ao Coro
17 – Cortinados
18 – Mais peças do serviço da Capela
19 – Peças que estão em poder do ditto Thezoureiro da Capella e são da Ermida de S. João Evangelista
20 – Paços Reaes, propriedades e mais couzas que ficam entregues ao Almojarife Andre Men-des de Almeyda
21 – Couzas pertencentes à Caza das Obras
22 – Peças que ficam no Paço entregues ao dito Almojarife Andre Mendes de Almeyda
23 – Brincos
24 – Louça da Índia
25 – Fatto
26 – Carruagens e mais couzas pertencentes às Cavalherices
27 – Couzas da cozinha e ucharia
28 – Peças que ficarão nos ditos Passos por se não poderem acomodar no Paço do Duque nem terem serventia no Paço
29 – Na Ocharia

Por uma contabilidade geral que fizemos, foram lançados no inventário mais de 500 entradas (sem contarmos com os pontos 4 e 20, correspondentes a dinheiro e à descrição do património imóvel), sendo que cada entrada equivale, na maior parte das vezes, a uma descrição de inúmeros objectos. Damos o exemplo da entrada da louça da Índia (ou seja, o conjunto de porcelana da China) que descreve: 22 palanganas, 14 pratos, 376 pires, 1 sopeira, 48 tigelas, 283 xícaras, 5 taças, 6 púcaros, 9 saleiros, 3 boiões, 5 chaleiras, 7 colheres, 17 jarras, 2 caçoilas e várias figuras em porcelana⁵⁰.

Um segundo ponto relacionado com o inventário é o estado de conservação em que algumas peças se encontravam, o qual o inventariante não deixou de descrever, tanto no que diz respeito a objectos de uso pessoal, como de prata, mobiliário e têxteis:

- «e outro relógio de algibeira mostrador que lhe **falta hum vidro**»
- «E doze peças pella maneira seguinte duas dellas mayores que mostrão haver sido meynos de alguma peça, tem cada huma das sete diamantes rozas **por lhes faltarem as mais pedras** que mostrão os engastes...»
- «E huma salva feita de nove peças huma das quaes **está solta e quebrada** em dous pedaços...»
- «E seis pratos de trinchar dourados com **algum uso**...»
- «E duas dúzias de pratos dourados também de trinchar muito **gastados no ouro**...»
- «e sete panos de rás das forças de Hercules **grossos e com alguns buracos**...»
- «e quatro panos de rás **muito velhos e podres** em muitas partes e sujos com varias figuras»
- «e seis almofadas de pano de lemiste preto que servião com o docel do mesmo estão **maltratadas da traça** ...»
- «e huma armação de **cama velha** para jornada de damasquillo pardo e amarelo escuro...»
- «E hum encosto de cama de damasco cremesim **usado franjado de retros tem huma travessa quebrada** e a madeira de hum braço e **falta lhe o ferro** de alevantar e abai-xar».

Se por um lado a descrição do estado de conservação nos surpreende dado tratar-se de um inventário real, no qual a preservação poderia ser mais facilmente mantida pelos artífices com assento nas moradias da casa da rainha, por outro lado, a enumeração das debilidades conservativas das peças pode ser indicativo da antiguidade destas e também dos danos provocados pela itinerância da rainha tanto em Inglaterra como em Portugal.

O destino dos bens da rainha-viúva

Ligados ao inventário, dois outros assuntos continuam a merecer a nossa atenção: o destino dos bens da rainha de Inglaterra após o seu falecimento e o uso do seu património móvel articulado com os hábitos do quotidiano.

No que concerne ao primeiro tópico, teremos de salientar que uma das mais impressionantes peças pertencentes aos bens da rainha é o seu toucador de ouro, documentado várias vezes, seja através de descrições de autores de época, seja através das avaliações do início do século XVIII. A primeira menção que se conhece ao toucador é de John Evelyn (1620-1706), conhecido escritor e personagem próxima da casa real inglesa. Logo após a chegada da rainha D. Catarina a Inglaterra, Evelyn visitou o palácio de Hampton Court, no qual fora instalada a comitiva portuguesa, antes da entrada triunfal dos jovens reis em Londres (23 de Agosto de 1662). No diário em que registava os acontecimentos mais importantes, Evelyn escreveu:

«1662: June 9 ...The Queenes bed was an embroidery of silver on crimson velvet & cost 800 pounds, being a presente made by the States of Holland, when his Majestie returned, & had been formerly given by them to our Kings sister, the Princess of Orange, & being bought of here againe, now presented to the King: **The great looking-glasse & Toilet of beaten & massive Gold** was given by the Queen Mother & c.»⁵¹.

Atente-se no pormenor de serem assinalados um espelho e um conjunto de *toilet* em ouro maciço, tudo oferta da rainha-viúva – Henriqueta Maria. Onze anos mais tarde, talvez ao visitar a rainha em Somerset House, há nova descrição do toucador, desta feita com a indicação de ter sido oferta de Carlos II. É possível que Henriqueta Maria tivesse brindado a rainha apenas com o espelho e o rei com o toucador.

«1673: April 20 ...This evening Mrs Thornhill, sister to the Earl of Bath, & a relation of ours, shewed my wife and me her Majesties **rich toylet in her Dressing room, which being of massie Gold**, & presented her by the King, was valued at 4000 pounds»⁵².

A 14 de Fevereiro de 1699, no palácio dos condes de Soure, Roque Monteiro Paim redigia o testamento de D. Catarina de Bragança. Junto a ele foi apenso um papel assinado pela rainha no qual declarava «os sufrágios, legados pios e outras disposições que ordeno se cumprão depois da minha morte». No item «outras disposições», o toucador de ouro voltou a estar elencado:

«A forma em que quero se disponha assim de tudo aquilo que actualmente está aplicado ao ornato, e serviço de minha Capella como do meu toucador de ouro, e das joyas com que me acho de presente constará por hum papel assinado da minha mão, que juntamente com as ditas joyas, **e toucador se achará em hum cofre**. Mando se cumpra inteiramente o que ali deixo ordenado»⁵³.

O testamento e o respectivo codicilo foram escritos poucos meses antes de a rainha de Inglaterra (e de D. Pedro II) tomar a decisão de construir o palácio da Bemposta que albergasse a nova donatária da Casa das Rainhas, após o falecimento de D. Maria Sofia de Neuburgo⁵⁴. Razão pela qual o discurso da entrega dos bens conhecerá ligeiras alterações quando compararmos com o inventário de 1706, após o falecimento de D. Catarina.

A menção seguinte ao toucador encontra-se na biblioteca da Ajuda e, embora não esteja datada, estamos em crer tratar-se de documentação referente à avaliação que acompanhou o inventário, dado estar junto a contas do funeral da rainha de Inglaterra:

«Importão as jóias ----- 42.123U330

O Toucador de ouro no qual há prato e jarro de prata dourada - 7.542U190

Prata

Dourada – 156-0-5-980U0221/2

Branca – 4060 -6-5-22U637 1/1

Capella

Prata Branca – 436-6-0-2.445U800

Total: 4653 5-226.203U460 ----- 26.203U460

75.850U980

Importa a sobredita somma em cento e oitenta e nove mil e seiscentos e vinte e sette cruzados e cento e oytenta reis. Esta quantia he somente do valor intrínseco das pessos sem feytio»⁵⁵.

A penúltima alusão documental ao toucador de ouro que conhecemos (e a mais completa) publicou-a Virgínia Rau. Foi inventariada no item: «Joyas e Brincos que se vão entregando a Francisco Ferreira Nobre Guarda Joyas da Caza de Bragança»:

«E huma caixa de toucador de couro negro com as peças seguintes as quaes são de ouro levantadas de folhagens:

- Duas caixas quadradas para pentes com tapaduras gonzadas cinco cifras sobrepostas com suas coroas em cada huma das caxas que são irmãs e pezão ambas vinte e três marcos huma onça e sete outavas.
- Duas caixas de polvilhos oitavadas que pezão seis marcos três onças e duas oitavas.
- Duas salvas ovaladas com pee e cifra com coroa sobreposta que pezão sete marcos e sete onças.

- Huma salva redonda pequena com seu pee e hum púcaro com azas e tapadoura pezão quatro marcos huma onça, e sinco oitavas e meia.

- Dois frasquinhos quadrados que servem de borrifador com seus bocaes de terracha pezão quatro marcos seis onças, e sete oitavas e meya.

- Hum cofre com hum vão aberto em sima para pregar alfinetes he por dentro forrado de pao coberto de tafetá branco peza assim como está seis marcos, e quatro onças e três oitavas.

- Dois vazozinhos irmãos redondos com suas tapadouras pezão hum marco sete onças e duas oitavas.

- Huma caixa redonda com sua tapadoura peza hum marco, huma onça e huma oitava.

- Hum púcaro com azas e só por baixo tem folhagens peza cinco onças e sinco oitavas e mea.

- Tres escovas redondas huma grande e duas pequenas irmãs que pezão com as sedas quatro marcos huma onça e seis oitavas e meya, e os cabos são também de ouro e da mesma obra.

- Hum espelho quadrado com moldura, e remate em sima, no qual ha dois anjos pegando em huma cifra com coroa tudo sobreposto, algumas chapas e tarrachas pella banda de detrás e duas argolas tudo de ouro que com vidro e madeira peza vinte e oito marcos seis onças e huma oitava.

Importa o pezo de todas as dittas peças assim como restão noventa e cinco marcos e seis onças de que se abatem doze marcos e seis onças em que se estimou o pezo do pao e tafetá do cofre, sedas das escovas, vidro e madeira do espelho, e ficao líquidos oitenta e três marcos de ouro nas sobreditas peças deste toucador avaliadas a oitenta e nove mil e seiscentos reis o marco importa sete contos quatrocentos trinta e seis mil reis e oitocentos reis de valor de ouro somente.

- Ha mais no dito toucador hum prato óvado com cercadura de folhagens alevantadas e no meyo huma cifra com coroa talhada, e hum jarro com sua tapadoura tudo de prata dourada que peza doze marcos e três onças e sete oitavas avaliado a sete mil reis o marco entrando o ouro do dourado oitenta e sete mil trezentos e noventa reis.

- E hum espelinho de cristal guarnecido de prata de folhagens avaliado em dez mil reis.

- E huma mãozinha à vella temo casco de filigrana de prata e tudo o mais he de prata com alguns marinheiros de vidro peza assim como está quatro onças e duas oitavas avaliada em dez mil reis»⁵⁶.

Embora saibamos ter sido D. Pedro II o herdeiro universal da irmã e que, sob sua ordem, todas as joias foram despachadas para o paço da Ribeira, espantosamente, este toucador é deixado ao seu sobrinho D. João, conhecendo-se as alegações da própria para o efeito, através do seu confessor:

«Em os vinte e nove dias do mes de Dezembro do anno de mil e settesentos e sinco me ordenou a serenissima srna D. Catherina Ranha de Gram Bretanha que santa gloria aja que em seu nome disesse a el rey nosso sro q suposto não ter declarado até ali (...) **as joias e tou-**

cadador de ouro na pessoa do Serenissimo principe dom João seu muito amado e prezado sobrinho como Duque q era da Serenissa casa de Bragança se unissem e applicassem a mesma serenissima casa e nella se continuassem e com servassem sempre para que em todo o tempo (...) Lisboa, Casa Professa de S. Roque, 20 de Janeiro de 1706 Pe. Manuel Pires- isto é um escrito de 29/12/1705 feito pelo Pe. Manuel Pires» (Arquivo Histórico da Casa de Bragança).

Pela data apontada, apercebemo-nos de que o destino do toucador foi alterado dois dias antes de a rainha de Inglaterra falecer e, apesar de súbita e sem apoio legal, tal alteração foi bem aceite por D. Pedro II:

«Dezejando em tudo satisfazer a ultima vontade da serenissima Rainha da Gram Bretanha D. Catherina minha boa Irmam q está em gloria constandome della ainda que não seja com todas aquellas legalidades q requiere o direito e vontade atestação de Manoel Pires da Comp^a de Jesus que foi seu confessor a qual se contem no pé deste decreto asignado por elle, hey por bem que sem embargo de quais quer ordenaçoins, leis e estilo e costume em contrato tenha effeito e se cumpra primeiramente a desposição conteuda na dita atestação e que em vertude della e desta minha aprovação e confirmação seu não e [sic] **apliquem na pessoa do Principe Dom João** meu sobre todos muito amado e **prezado filho a Casa de Bragança para sempre as joias que se acharão da dita Serenissima Rainha por seu fallecimento e o seu toucador de ouro.** A Junta da Casa de Bragança o tenha assim entendimento pela parte que lhes toca o fara executar Lix^a 27 de Janeiro de 1706 com rubrica de S. Magestade» (Arquivo Histórico da Casa de Bragança).

Apesar da imensidão patrimonial de D. Catarina, as únicas peças cuja descrição é compatível no inventário com o espólio do paço da Ribeira são dois bufetes de prata com espelho que se encontravam na sala a seguir ao oratório da rainha D. Mariana de Áustria:

«Nas duas paredes fronteiras lhe serve de adorno **dois espelhos e dois bufetes, cada um com sua fonte tudo de prata, aberto ao buril com folhagens e mais debuxos de obra moderna,** feytos em Inglaterra, os quais trouxe a Rainha da Grã-Bretanha D. Catarina»⁵⁷.

No inventário de D. Catarina, estes móveis encontram-se arrolados na parte correspondente à «Prata Branca»:

«Hum **bofete de prata** com quatro pees, e trempe no meyo delles tem **cinco palmos e meyo de comprido pela facha três e meyo de largo, e outro tanto de alto** a chapa do bofete em sima com seu óvado em o meyo, quartões de moldura em o vão do meyo **as armas de Portugal e Inglaterra,** em os quatro cantos cifras com meninos tudo talhado com **varios ramos** e frutos, a bordadura ao redor he gomada, e pella parte de diante tem uma targe cahida que toma de pee a pee com cifra e coroa, os quatro pees acentão sobre a trempe com quatro garras, e no bojo tem quatro carrancas, a trempe em o meyo he aberta

e tem quatro bolas por peez avaliada a prata que poderá ter em duzentos e sessenta marcos, e cada marco a cinco mil e seiscentos reis, e assim nesta avaliação como na da mais prata que se segue se não attende aos feitios»

- «É outro **bofete todo de prata** com quarto peez e trempe no meyo feita de quatro quartellas de peralto tem de **comprido quatro palmos e tres quartos de largo tres palmos e quatro dedos, e de alto tres palmos e meyo** a chapa de sima com **armas em o meyo** duas medalhas uma em sima outra em baxo aos lados cifras com coroas, e azas em os cantos metas com **folhagens** tudo obra talhada, a facha ao redor he levantada de flores com seos transparentes, oito sobrepostos de folhagens nos cantos e meyos e pella grossura do bofete nas tres faces que aparecem ha sete óvados com figuras levantadas, e quatro meninos em todas as tres faces com coroa em as mãos sobrepostas e soldadas e hum dos dous das ilhargas seu fruto na mão soldado, e sobreposto o qual falta ao outro menino; ha mais tres faltoes de frutos pella face de diante quatro borlas nos quatro cantos pendentos com seus laços, e os laços detraz tem hum só volta **pella parte da parede tem chapa liza**, em cada pee ha quatro meninos e dous estão dezapegados, e em cada dez delles lhes faltão as couzas que tinhão na mão as bases são em forma de oitavo com quatro carrancas cada huma sobrepostas, pees quadrados com quatro quartelas transparentes cada hum, avaliada a prata em duzentos marcos ao ditto preço de sinco mil e siescentos reis»⁵⁸.

Com esta descoberta documental percebe-se, finalmente, o destino do toucador de ouro da rainha D. Catarina: assim, em 1706, terá ingressado no «Tesouro» da casa de Bragança, sito no paço dos duques de Bragança junto à Cordoaria Velha e, tal como outras peças preciosas, veio a succumbir no terramoto de 1755. Outros objetos que permaneceram no palácio da Bemposta subsistiram até hoje. Referimo-nos em concreto a duas peças respeitantes às colecções reais e presentes no paço ducal de Vila Viçosa: uma miniatura da igreja do Santo Sepulcro e a cruz processional contendo num relicário o fragmento do báculo de S. Tomás Becket.

Em relação à primeira, não nos surge descrita no inventário de 1706, mas conseguimos datar a sua encomenda. Com efeito, em 1675, o tesoureiro Danby autorizava a Alfândega Inglesa a entrega ao mercador Edward Faine de duas caixas contendo uma prenda para a rainha, vinda de Jerusalém, em particular de Jafa, a bordo do navio Katharina, para serem entregues em Somerset House⁵⁹.

No que diz respeito à cruz processional, o seu rastreamento e estudo foram efectuados nos anos 50 do século XX por Augusto Cardoso Pinto, que a descobriu na chamada casa-forte do palácio das Necessidades⁶⁰. O objecto foi inventariado em 1705 como se pode verificar na obra de Virgínia Rau, e surge, de novo, em róis da casa real no século XIX:

«e huma cruz de acompanhar as procissões com seu crucifixo e letreiro em sima pegado e duas pessas redondas lavradas com ponta de flor de liz que servem em a astia e o gastão que esta em baxo della tudo he de prata, e a astea he huma ponta de unicórnio entre ella e a cruz ha uma bola de cristal avaliada a prata em cinco marcos e ao ditto preço. Dentro na cruz esta pao que se disse ser do bago [sic] de Sto Thomas de Cantuaria»⁶¹.



Fig. 5 – Anónimo, Miniatura da Igreja do Santo Sepulcro de Jerusalém, com as armas de D. Catarina de Bragança, segunda metade do século XVII, Proveniente dos Paços da Bemposta e das Necessidades, remetido para o Paço Ducal de Vila Viçosa em Julho de 1916. ©Fundação da Casa de Bragança.



Fig. 6 – Anónimo, Cruz Processional de D. Catarina com relíquia de S. Tomás Becket, Inglaterra, 1664, Proveniente dos Paços da Bemposta e das Necessidades. Remetido para o Paço Ducal de Vila Viçosa em 1956 ©Fundação da Casa de Bragança.

«(...) objectos do culto em serviço na Real Capella da Bemposta, e que/ estão inscriptos no inventário dos bens da Coroa, que se acham/ depositados na Casa Forte do Paço das Necessidades (...)

[s.v] 205 - Uma caixa para hostias, prata lisa com as armas da Senhora D. Catharina Rainha da Grã - Bretanha gravadas, pezando aproximadamente trezentas grammas.

206 - Uma cruz processional, haste em ponta de narval, cruz de secção cilíndrica partindo de um globo (...) Fl. 10 (...) cruz pectoralis SANCTI THOMAE ARCEBIEPISCOPE CANTUARENSIS/ A REGINA CATHERINA IN AMPILOREM/ FORMAM/ REDUCTAM ANNO/1664.

No anverso aos pés do Santo Christo ha dos CC entrelaçados encimados por Coroa Real»⁶².

A presença destas peças em colecções portuguesas é justificada pelo facto de não terem transitado para o paço da Ribeira e de terem permanecido no palácio da Bemposta para serviço dos infantes. Desta feita, algumas pinturas, «brincos» e louça da Índia, bem como móveis, se transferiram para a Ribeira «por nos dizer o Secretário [Bartolomeu de Sousa Mexia] assim o ordenava Sua Magestade que Deus guarde porque era de seu real agrado estivessem dentro nos ditos Paços»⁶³. Por outro lado, houve peças que transitaram para o paço da Casa de Bragança em Lisboa, a saber: objectos pertencentes à cozinha e ucharia e outros não discriminados. No palácio da Bemposta permaneceram bens móveis para o serviço dos infantes (D. João; D. Francisco e D. António), como seja mobiliário, pintura e alfaias religiosas para serviço da capela palatina.

D. Catarina de Bragança e a «eterna» questão do chá

Embora no presente sejam do nosso conhecimento todos os documentos legais que atestam a riqueza material do património da rainha, o que é facto é que ainda não conseguimos ligar alguns objectos à forma como eram usados e daí descrever, em traços gerais, o quotidiano de D. Catarina. Para dar um exemplo, até o uso do toucador de ouro nos suscita alguma dúvida, uma vez que estava guardado em um cofre e, no seu inventário, possuía um segundo toucador de prata:

«E hum toucador de prata que consta das pegas seguintes: hum prato óvado com seu jarro molduras gomadas, o jarro com tapadoura gonzada e remate em sima de tudo com armas talhadas. Duas caixas redondas iguaes com tapadouras com armas e as tapadouras sao gomadas. Dous pucarinhos com tapadouras armas e azas ... Mais hum espelho com remate de huma targe com coroa e por detraz huma argola e encosto de prata e huma escova com cabo de prata...»⁶⁴.

Além desta dificuldade em saber se o toucador no seu todo era peça de uso e/ou de aparato, um dos pontos mais apaixonantes que envolve a figura da rainha e os respectivos costumes diários é o consumo de chá e a sua introdução em Inglaterra, informação sempre recorrente nas suas inúmeras biografias⁶⁵.

Actualmente sabe-se que o chá era já conhecido em território inglês, pelo menos, desde os inícios da década de 50 e era vendido em casas de café, a par da cerveja, da sidra e de uma mistura de vinho branco seco com leite designado por *sack*. Dois anos antes de D. Catarina chegar a Inglaterra, Samuel Pepys pedia uma chávena de chá na Casa de Café de Thomas Garway, especificando no seu *Diário*, tratar-se de uma bebida da China.

Tentámos perceber qual a raiz desta ligação da rainha portuguesa ao chá e o primeiro registo é um poema de Edmund Waller, no qual o artista alude às folhas dessa infusão, a propósito do vigésimo quarto aniversário da rainha.

«Venus her myrtle, Phoebus has his bays
Tea both excels, which she vouchsafes to praise,
The best of Queens, **the best of herbs we owe**
To that bold nation which the way did show
To the fair region where the sun doth rise
Whose rich productions we so justly prize
The Muse's friend, tea does our fancy aid,
Regress those vapours which the head invade
And keep the palace of the soul serene,
Fit on her birthday to salute the Queen».

Uma das informações interessantes a extrair da leitura deste poema é a noção dos benefícios para a saúde proporcionados pela ingestão de chá, aqui considerado bebida extravagante. Samuel Pepys reforçará a primeira ideia, em 1667 no seu *Diary*: «**Home, and there find my wife making of tea; a drink which Mr. Pelling, the Potticary, tells her is good for her cold and defluxions**»⁶⁶.

Embora tivéssemos feito aturada pesquisa sobre o assunto, não encontramos a fonte documental que dava conta de que a rainha, ao desembarcar em Portsmouth em 1662, havia pedido uma chávena de chá, pelo que julgamos que tal informação tenha base lendária. Sabemos, no entanto, que no final da viagem de barco a rainha adoeceu, registando-se em diários uma ligeira constipação, facto que a obrigou a permanecer uns dias de cama com uma dieta à base de ovos e banha, além de galinha, pois a comitiva portuguesa queixou-se da gordura da carne inglesa⁶⁷. Este episódio clínico poderá ter proporcionado a ingestão de líquidos, tal como aconselhava Francisco Mourato Roma, médico de D. João IV, na sua obra *A luz da Medicina* no cáp. IX – Da bebida da água, e como se ha de usar della:

«ha outras bebidas que servem de medicamentos ... as outras bebidas huas são medicinais, como são cozimentos e çumos de hervas estiladas e xaropes: outras são substâncias alimentosas, como he o vinho, leite e os caldos; Muitos ha, que por fugirem aos incómodos da agoa crua, e do vinho puro, bebem agoa cozida com canella, herva doce, ou funcho. Estas

bebidas são as que estão mais em uso. As bebidas medicinais todas tem seus usos proveitosos, conforme a necessidade o pede, ou seja para o refrescar, humedecer, absterger [limpar], como he agoa de cevada, e a tizana, cozimento deuterico do ayppo ou do funcho; e cozimento de canella, ou de cynamomo agradável ao estômago, e para emendar a podridão»⁶⁸.

Se a constipação fosse acompanhada de tosse, Mourato Roma sugeria «comer mantimento quente com mel e pimenta: beba vinho ou água cozida com raiz de alcaçuz, cheirar ervas de bom cheiro como he a betónica, as flores de macella, âmbar e estoraque e almíscar, tomar lambedor de alcaçuz, ou mel tirada a espuma...». O médico distinguia vários tipos de tosse, para os quais aconselhava alcatira deitada em água de avenca ou misturada com óleo de amêndoas doces e açúcar; água cozida com cevada e passas de ameixa; xaropes de alcaçuz desfeito com o cozimento de avencas, entre muitas sugestões. Em caso de febre recorria-se aos refrigerantes: tisanas, água de cevada. A tisana (ou ptisana) utilizava-se quando se pretendia sustentar o organismo e não refrescá-lo. Para tal, ministrava-se a água e o soro de leite de cabra, sumo de cidra e de limão e, em casos extremos de cólera, infusão de violas, rosas e tamarindos, ruibarbo e myrobolanos citrinos, banhos de águas doces e leite de cabra⁶⁹.

Era, pois, este o receituário (que aqui simplificámos) disponível para curar a rainha de Inglaterra nos anos 60 do século XVII e, embora variado no que diz respeito à utilização de ervas e seus tratamentos, refira-se que a palavra chá nunca nos surge na obra do médico da casa real. Este facto consideramos estranho, pois desde o século XVI que era conhecida em Portugal, bem como o hábito requintado de o ingerir, através da obra de Frei Gaspar da Cruz: *Tratado em que se contam muito por extenso as cousas da China*:

«Qualquer pessoa ou pessoas que cheguem a qualquer casa de homem limpo tem por costume oferecem-lhe em uma bandeja galante uma porcelana ou tantas quanto são as pessoas, com uma água morna a que chamam chá, que é tamalavez [de algum modo, algum tanto] **vermelha e mui medicinal, que eles costumam beber, feita de um cozimento de ervas que amarga tamalaves [de algum modo, algum tanto]: com isto agasalham comumente todo o género de pessoas que têm algum respeito quer conhecidos quer não e a mim me ofereceram muitas vezes».**

A primeira referência concreta que encontramos ao chá na comitiva portuguesa em Inglaterra vem inserida na correspondência do embaixador Francisco de Melo Manuel da Câmara, sempre queixoso no que diz respeito ao estado de saúde. Com efeito, ao longo dos anos que Francisco de Melo passou no Norte da Europa (1662-1678, 13 em Inglaterra, dois anos e meio nos Países Baixos)⁷⁰, em cartas escritas para o enviado de Portugal a França, Duarte Ribeiro de Macedo, o embaixador foi-se lamentando de problemas de saúde e relatando as curas aplicadas: desde águas termais, sangrias, pílulas etc. O período de 1673-74 é rico em referências desta índole e verificamos todos os esforços de D. Francisco em debelar seus males:

«Eu andei estes dias bem maltratado e depois de tentar vários remédios inutilmente me tornão agora os médicos aconselhar segunda vez **o leite de Burras**, mas eu cuido que o

melhor remédio he não fazer nenhum, pois todos os que tenho feito não servem mais que de enfraquecer me e quebrentar me»⁷¹.

D. Francisco não deixava de seguir as receitas de época, se tivermos em conta, de novo, as palavras de Francisco Mourato Roma no que se refere ao tratamento das febres, principalmente as «eticas complicadas com febre podre [em que] no leite ha diferença: o de burras convem mais onde ha complicação de febre podre, que o de cabras; o de cabras mais, que o de ovelhas: havendo câmara, he mais nocivo o de burras»⁷².

Finalmente, em 1674, D. Francisco menciona o consumo de chá e, pelo seu teor, verificamos que o ingerir desta bebida não era um costume conhecido entre os portugueses, no que concerne ao tratamento medicinal, pois Duarte Ribeiro de Macedo é informado pelo embaixador em Inglaterra de uma variante de água quente, com a virtude de se adicionar ervas, tomada após o jantar, isto é, a refeição do meio do dia, conforme nos esclarece Rafael Bluteau. Aliás, este mesmo autor define o chá numa perspectiva medicinal e não tanto de prazer como era, por exemplo, o chocolate.

«Chá ou (como querem outros) Tehâ, he palavra do Japão, donde nos vem o melhor Chá. He esta planta hum pequeno arbusto, que lança humas folhas delgadas por huma banda pontiagudas & por outras redondas adentadas ao redor & atravessadas de huma espécie de nervo que se reparte em muitas fibras. Na Primavera colhem os naturaes esta folha ainda pequena, delgada & tenra & a poem a aqueitar em huma caldeira ao fogo brando & depois de as estender as torcem & as guardão em vasos de Calaim ou estanho bem tapados. Neste estado nos vem o Chá; o que tem a folha mais pequena & mais inteira, a cor mais verde & o cheiro mais suave & mais chegado ao de violeta, he o melhor. Com grande preferênciã ao da China, possui as ditas qualidades o Chá do Japão...**o bom Chá tem notáveis virtudes, alegra os espíritos, abate os vapores, fortifica o cérebro & o coração, ajuda o cozimento, purifica o sangue, provoca a ourina, expele a somnolencia, & ao uzo dele atribuem alguns a felicidade dos Chins e dos Japoens, que ignorão os dous tão comuns achaques na Europa , a Pedra e a Gota.** (...) Alguns anos há, que o Chá era muito usado em França; hoje as bebidas gabadas são Caffé & Chocolate»⁷³.

Em 2006, Alison Barnes publicou um pequeno artigo intitulado «Charlie and the chocolate inventory», a partir de um livro de despesas do bolso privado de Carlos II referentes ao ano de 1666, o que a levou a afirmar: «Charles II was the first out-and-out English chocaholic»⁷⁴. Em paralelo, era também consumidor de café, tendo um empregado específico para lhe preparar a bebida. No que concerne ao chá, sabemos que gastava uma média de seis libras por ano, valor que contrastava com a toma de chocolate (cerca de 57 libras em 1666 e 229 libras em 1669). Por estes dados, podemos reforçar que o consumo de chá na corte inglesa foi um fenómeno gradual e tomado inicialmente para fins medicinais, tal como o leite. O pouco conhecimento que D. Francisco de Melo tinha desta bebida faz-nos suspeitar de que seria este o mesmo estado de percepção da rainha de Inglaterra. Não nos podemos esquecer de

que D. Francisco havia sido seu camareiro-mor e que a irmã, a condessa de Penalva, exerceu as mesmas funções na câmara de D. Catarina até 1681, pelo que a informação circulou na casa da rainha, fosse recomendado pelos médicos desta, fosse pelo mimetizar de hábitos sociais em moda crescente veiculados pelo próprio rei inglês. D. Francisco de Melo era bem recebido junto a Carlos II e, na mesma década de 70, apresentou ao rei um médico francês recomendado por Duarte Ribeiro de Macedo que possuía o segredo de umas águas «essepticas», a quem Carlos II favoreceu generosamente⁷⁵. Neste panorama, é natural que o consumo de chá tivesse entrado na corte de D. Catarina de Bragança pela via medicinal, como nos confirma o embaixador português:

«A minha [saude] anda ainda mal estabelecida e só que tenho de melhor he o fazer menos remédios porque estou rezoluto a me acomodar antes com os achaques que com as medicinas. As duas que Vossa Mercê me inculca não me parecem mal, senão que em lugar de água quente tenho por melhor tomar o Thé, como faço depois de jantar que também he água quente, e tem demais a virtude da erva que he boa para a cabeça e para o estômago»⁷⁶.

Por outro lado, em 1680, quando se dá a conspiração papista, na qual a rainha é acusada de estar envolvida num projecto de assassinato do rei e de imposição da fé católica no reino britânico, foi publicada em território francês uma relação intitulada: *La vie de catherine de Portugal Reyne d'Angleterre, Fille de Jean IV, Roy de Portugal, & Espouse de Charles Stuard Roy d' Angleterre*, na qual é descrito ao pormenor o quotidiano da rainha, desde as cinco da manhã (hora a que se levantava) até ao deitar não há qualquer referência ao hábito de tomar o chá às cinco da tarde. Pelo contrário, nesse horário, D. Catarina está ocupada com as orações do rosário, acompanhada pelas damas no oratório privado⁷⁷.

Na iconografia de D. Catarina⁷⁸, o uso da flor de laranjeira, seja no cabelo ou no colo, aludiria mais a uma simbologia complexa da pureza e da castidade, do que propriamente a referência às plantas aromáticas vindas da China, sendo um atributo comum a outras monarcas europeias como, por exemplo, a rainha Maria Stuart casada com William III da casa holandesa de Orange.

Apesar de tudo o que ficou dito e do nosso ainda desconhecimento da vivência da rainha em Portugal⁷⁹, o consumo de chá está documentado na vida de D. Catarina, embora não se encontrem registos em cartas, memórias ou imagens. Referimo-nos ao seu inventário e à quantidade insólita de equipamento móvel ligado ao acto de beber chá, quando comparamos com outros inventários da nobreza portuguesa, de então. Este dado, juntamente com o poema de Edmund Waller, leva-nos a considerar que rapidamente o chá extrapolou as virtudes medicinais, em sentido restrito e passou a ser sinónimo de conforto e apaziguamento de «melancolias». Waller fala-nos de serenidade da alma (*keep the palace of the soul serene*), matéria cara a D. Catarina de Bragança, pelo que a toma desta bebida era diferenciadora na sua personalidade se compararmos com os efeitos exóticos do chocolate perseguidos por Carlos II.

À falta de outros dados, fica-nos também o registo escrito do equipamento relativo ao chá, bem como uma imagem gráfica de um banquete ocorrido em Londres, no qual a rainha de Inglaterra surge representada, a fim de nos aproximarmos um pouco mais das vivências seiscentistas.

- E **desasseis mais de ditta louça** cobertas de transparente
- E **quarenta e três chcaras** mais de ditta louça brancas grandes e de diferentes feitios em que entrão duas com pintura encarnada e outras lavradas.
- E **vinte e cinco chcaras** mais da dita louça brancas mais pequenas e de diferentes feitios algumas dellas com uns raminhos pintados.
- E huma **chicara** mais de dita louça branca pequenina com tapadoura de engastes de alquime.
- E vinte e duas tapadouras da ditta louça pintada de azul e azas de metal.
- E huma **canecazinha** da ditta louça sem tapadoura.
- E hum **púcaro com tapadoura** e prato tudo da ditta louça pintada de cores.
- E **cinco púcaros** da ditta louça branca pintados de vermelho hum deles hum deles oitavado, e os outros deziguaes e hum todo branco.
- ...
- E **quatro chareiras** da ditta louça brancas lavradas pequeninas e chatas com tapadouras.
- E **huma chareira de barro vermelho** da China com raminhos de ouro.
- E **huma chareia de prata** obra da China com humas flores na tampa peza dous marcos quatro onças e quatro oitavas avaliada ao dito preço»⁸⁰.

Em jeito de conclusão, gostaríamos de salientar que a estadia de D. Catarina no palácio dos senhores de Gouveia de Riba-Tâmega a Santa Marta constituiu o pretexto para aprofundarmos um pouco mais a história deste edificado, bem como as personagens que o habitaram. Essa análise foi enriquecida com os comentários de Manuel de Almeida, que nos alertou para as dificuldades em instalar bens e pessoas em espaços que não estavam preparados para albergar a dimensão da casa da rainha de Inglaterra. Neste sentido, reflectimos sobre os bens elencados no inventário realizado em 1706, bem como o seu destino. Em paralelo, interessou-nos o uso de alguns dos objectos para o estudo do quotidiano material da rainha de Inglaterra, particularmente o consumo de chá.

Para a história dos arrendamentos de palácios da nobreza à corte real, o palácio de Santa Marta, hoje Universidade Autónoma de Lisboa, cumpriu no final de Seiscentos um dos critérios estabelecidos por D. Catarina de Bragança e anunciados por D. António Caetano de Sousa: «buscando sítios acomodados ao seu génio e saúde».

Notas

- 1 IHA/FCSH-NOVA. Susana Varela Flor é investigadora contratada no Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e colaboradora no Laboratório HERCULES da Universidade de Évora. Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da Norma Transitória – [DL 57/2016/CP1453/CT0032]. A autora deseja agradecer ao Prof. Doutor Miguel Figueira de Faria o convite endereçado para participar nesta obra, bem como à Mestre Madalena Romão Mira, Dr.^a Cristina Dias e Doutora Raquel Medina Cabeças pelo apoio prestado. Os agradecimentos estendem-se ainda à Sr.^a Directora Dr.^a Maria de Jesus Monge e Dr.^a Marta Páscoa (Museu-Biblioteca do Paço Ducal de Vila Viçosa) e às colegas Prof.^a Doutora Isabel Mendonça, Prof.^a Doutora Maria João Pereira Coutinho, Dr.^a Lina Oliveira Marques e ao Pedro Flor. Uma palavra especial para a Dr.^a Cristina Neiva Correia (Palácio Nacional da Ajuda) com quem trocámos ideias sobre o chá e nos alertou para os termos chaleira e coadores dispersos pelo inventário de D. Catarina.
- 2 ALMEIDA, 1680-1716.
- 3 BLUTEAU, 1693.
- 4 SOUSA, 1740.
- 5 TRONI, 2008.
- 6 FLOR, 2013.
- 7 O título esteve temporariamente na casa dos marqueses de Marialva, concretamente em D. Manuel Coutinho, irmão do 2.º marquês – D. Pedro António de Menezes – com quem tem um pleito sobre a herança deixada pelo pai (ANTT, *Registo Geral de Testamentos*, Livro 102, n.º 19).
- 8 MIGUEL, 2012.
- 9 SERRÃO, 1977.
- 10 MIGUEL, 2012.
- 11 COELHO, 2014.
- 12 *Idem*, 2014.
- 13 ANTT, Registos Paroquiais da Freguesia de S. José, *Livro de Baptismos (1632-1673)*, fl. 77 «Em 25 de Março de 1641 baptizou de minha licença Dom Lourenço de Castelo Branco a Cecília filha de Thome de Souza e de sua mulher D. Francisca de Menezes. Foram padrinhos D. João de Castelo Branco e ha Condessa do Redondo [D. Cecília de Menezes].» ANTT, Registos Paroquiais da Freguesia de S. José, *Livro de Baptismos (1632-1673)*, fl. 80 v: «Em o mesmo dia [6 de Setembro] baptizou de minha licença Diogo de Souza Inquizador da Menza Grande, esmoler mor de Sua Magestade a Fernando filho de Thome de Souza e de D. Francisca. Padrinho D. João de CastelBranco.» ANTT, Registos Paroquiais da Freguesia de S. José, *Livro de Baptismos (1632-1673)*, fl. 90 v: «A 24 de Maio de 1645 baptizou de minha licença o Doutor Diogo de Sousa a Maria filha de Thomé de Souza e de D. Francisca. Padrinhos Dom Duarte de Castelo Branco, madrinha sua mulher.» ANTT, Registos Paroquiais da Freguesia de S. José, *Livro de Baptismos (1632-1673)*, fl. 104 «Em 19 de Abril de 1647 baptizou de minha licença o Bispo do Funchal a João filho de Thome de Souza e de D. Francisca. Padrinho D. Duarte de CastelBranco.»
- 14 LIMA, 1972.
- 15 SOUSA, 1748.
- 16 D. Diogo de Sousa ausentou-se para Évora entre 1671-1678, data do seu falecimento. Não localizámos os registos de falecimento dos pais do 10.º conde de Redondo na freguesia de S. José.
- 17 GRANCHO, 2017.
- 18 ANTT, Registos Paroquiais da Freguesia de S. José, *Livro de Baptismos (1632-1673)*, «Em 20 de Setembro de seiscentos e setenta anos baptizou o padre Afonso da Silveira da Companhia de Jezus com licença do Sr. Arcebispo ha Tomé Baltazar Manoel Francisco Xavier, filho de Fernando de Souza e de sua mulher D. Luíza de Portugal. Foi Padrinho D. Francisco de Castelo Branco, Conde de Redondo, he madrinha D. Isabel da Silva.»
- 19 ANTT, Registos Paroquiais da Freguesia de S. José, *Livro de Óbitos (1666-1711)*, fl. 44: «Em vinte seis dias de Maio de mil seiscentos e setenta e sete faleceu a Condessa das Sarzedas D. Maria Antónia Vasconcelos e Menezes viúva do Conde D. Rodrigo da Silveira. Fez testamento. Forão testamenteiros seus filhos: ho Conde das Sarzedas D. Luís da Silveira, he D. Miguel da Silveira. Moradora nas cazas de Fernão de Souza foi a enterrar a S. Domingos na Capela de Nossa Senhora do Paraíso.»
- 20 SOUSA, 1755.
- 21 MIGUEL, 2012.
- 22 ANTT, Registo Geral de Testamentos, Livro 115, fl. 55v.
- 23 SOUSA, 1748.
- 24 ANTT, Registo Geral de Testamentos, Livro 115, fl. 55v.
- 25 ALMEIDA, 1680-1716.
- 26 COELHO, 2014.
- 27 Biblioteca da Ajuda, Ms. 51-IX-38, 9 de Março de 1693, *Carta do Bispo do Porto D. João de Sousa para o Provisor*, fl. 70.
- 28 *Idem*, fl. 70v.
- 29 Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa, 1695-1696, *Róis de Confessados da Freguesia de Santa Justa*.
- 30 MIGUEL, 2012.
- 31 Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa, 1695-1696, *Róis de Confessados da Freguesia de Santa Justa*.
- 32 Entre Junho-Outubro de 1694, esteve hospedada em casa do duque de Aveiro em Azeitão, mas deverá ter sido um período em que buscou ares mais frescos e aproveitou para visitar o convento dos monges da província seráfica da Arrábida (TRONI, 2008).
- 33 VALE, 2004.
- 34 MENDONÇA, CARITA & MALTA, 2014.
- 35 SERRÃO, 1977.

- 36 MENDONÇA, CARITA & MALTA, 2014.
- 37 ALMEIDA, 1680-1716.
- 38 LOURENÇO, 1999.
- 39 Esta contagem corresponde aos nomes registados, enfatizando-se, no entanto, que havia substituições nas tarefas, pelo que o número de pessoas ao seu serviço permanentemente seria menor.
- 40 RIBEIRO, 1935.
- 41 B.A., Ms. 51-IX-38, *Carta do Bispo do Porto D. João de Sousa para o Padre João de Brito*, 19 de Março de 1663, fl. 74v-75.
- 42 LIMA, 1972.
- 43 ANTT, Arquivo Adília Mendes, maço 3, n.º 2 (Santa Marta - Tribuna).
- 44 *Idem*.
- 45 Sobre Carlos Guimac leia-se CARVALHO, Ayres, 1962, *D. João V e a Arte do seu tempo*, II volume, edição de autor, p. 246 e seguintes.
- 46 GONÇALVES, 2011.
- 47 Salvaguardam-se os exemplos do palácio dos condes de Basto (Évora) e dos duques de Aveiro (Azeitão) e do paço ducal de Vila Viçosa, nos quais esteve ou de passagem ou por breve período.
- 48 FLOR, (no prelo).
- 49 RAU, 1947.
- 50 Procedemos a uma enumeração sumária dos objetos incluídos neste item sem referência a dimensões, cronismo e estado de conservação. Para ler descrição completa consulte-se a obra de Virginia Rau indicada na Bibliografia.
- 51 EVELYN & BÉDOYÈRE, 1995.
- 52 *Idem*.
- 53 RAU, 1941.
- 54 FLOR, (no prelo).
- 55 Biblioteca da Ajuda, Ms. 51-VI-27, *Contas de negócios pertencentes ao serviço da Rainha D. Catarina de Bragança 1694-1706*, fl. 164-249.
- 56 RAU, 1947.
- 57 Esta descrição foi primeiramente referida por MARTINHO, 2009. A citação foi retirada do manuscrito de Manuel Bautista de Castro e procedemos à recolha completa desta, pois interessou-nos o pormenor “e mais debuxos, obra moderna” a fim de identificar as peças no inventário de 1705.
- 58 RAU, 1947.
- 59 8 de Dezembro de 1675 – «*Warrant from Treasurer Danby to the Customs Commissioners to deliver to Mr. Edward Faine, merchant, two boxes containing a present to the Queen from Jerusalem, which came from Joppa in the ship “Katherine”, John Andrews captain, said Faine being appointed to bring said present to Somerset House*» (FLOR, 2012).
- 60 PINTO, 1956.
- 61 RAU, 1947.
- 62 ANTT, Casa Real. cx. 6530, Doc. 1611, Inventário dos Bens da Coroa (?), séc. XIX, fl. 9 e 10. Agradeço à Dr.ª Cristina Neiva Correia a cedência desta documentação.
- 63 RAU, 1947.
- 64 *Idem*.
- 65 FLOR, 2021b.
- 66 THOMAS, 1965.
- 67 FLOR, 2012, 174.
- 68 ROMA, 1664.
- 69 *Idem*.
- 70 Esteve em Portugal entre Agosto e Novembro de 1668 para receber novas credenciais, tendo regressado por terra: França e Países Baixos (FLOR, 2015).
- 71 MELO, 1674.
- 72 ROMA, 1664.
- 73 BLUTEAU, 1712.
- 74 BARNES, 2006.
- 75 MELO, 1673.
- 76 MELO, 1674.
- 77 FLOR, 2012.
- 78 FLOR 2021a.
- 79 Registe-se a visita do arquiduque Carlos ao paço da Bemposta, em 1704, na qual há uma breve descrição dos aposentos da rainha (uma sala e três câmaras antes de chegar à câmara da rainha) e da forma como recebeu o pretendente ao trono de Espanha. Infelizmente, não se conhecem descrições dos objetos nas quatro câmaras elencadas por D. António Caetano de Sousa.
- 80 RAU, 1947.

Fontes arquivísticas

Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa

Róis de Confessados da Freguesia de Santa Justa, 1695-1696.

Arquivo Nacional Torre do Tombo

Casa Real. cx. 6530, Doc. 1611, Inventário dos Bens da Coroa (?), séc. XIX, fl. 9 e 10.

CASTRO, Fr. Manuel Bautista de, 1746, *Crónica do Máximo Doutor e Príncipe dos Patriarcas S. Jerónimo, particular do Reno de Portugal, dedicado a D. João V*, Manuscritos da Livraria, n.º 729, fl. 514-5.

Colecção Adília Mendes, maço 3, n.º 2 (Santa Marta - Tribuna).

Inventário do Excelentíssimo Senhor Conde de Redondo Fernando de Sousa Coutinho Castel-Branco e Meneses, que se continuou com a Excelentíssima Senhora Condessa do Redondo, viúva do sobredito, Dona Luísa de Portugal (1707-1708). Orfanológicos, Letra C, Maço 23, n.º 1 (Transcrição paleográfica de Lina Maria Marrafa de Oliveira, no âmbito do projeto: “A Casa Senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro, Séculos XVII, XVIII e XIX”, disponível online).

Ministério dos Negócios Estrangeiros, «Cartas de D. Francisco de Melo para Duarte Ribeiro de Macedo», cx. 4, M.5., 1673-4.

Registo Geral de Testamentos, livro 102, n.º 19 e livro 115, fl. 55v.

Registos Paroquiais da Freguesia de S. José, *Livro de Baptismos (1632-1673)*.

Registos Paroquiais da Freguesia de S. José, *Livro de Óbitos (1666-1711)*,

Biblioteca da Ajuda

Ms 51-VI-27, *Contas de negócios pertencentes ao serviço da Rainha D. Catarina de Bragança 1694-1706*, fl. 164-249.

Ms. 51-IX-38, *Carta do Bispo do Porto D. João de Sousa para Manuel Dias*, 9 de Março de 1693, fl. 70v.

Ms. 51-IX-38, *Carta do Bispo do Porto D. João de Sousa para o Padre João de Brito*, 19 de Março de 1663, fl. 74v-75.

Ms. 51-IX-38, *Carta do Bispo do Porto D. João de Sousa para o Provisor*, 9 de Março de 1693, fl. 70.

Biblioteca Nacional de Portugal

Secção de Reservados, Cod. 510: ALMEIDA, Manuel – *Memória de algumas cousas que sucederão começando no ano de 1680 por diante assim das calamidades dos tempos como das couzas do Estado do Reino, de que farei breve Relação conformando me com o breve de minha infeliz memória e somente valendo me de alguns quartos de papel em que tinha guardadas algumas destas couzas desde que sucederão até hoje 4 feira 7 de Novembro de 696 em que principiei a lançar estas couzas neste livro. Almeyda (F 4384)*.

Museu-Biblioteca da Fundação da Casa de Bragança

Arquivo Histórico da Casa de Bragança, NG 23, Decretos da Casa de Bragança, ducado de Beja e de Vila Real, fls. 15, 15v e 16. Decreto «sobre as carregações dos diamantes da Índia», de 29/01/1706, com escrito do Padre Manoel Pires.

Bibliografia

BARNES, Alison (2006). «Charles and the chocolate Inventory». *History Today*. Vol. 56, n.º 2, (fev.), pp. 2-5.

BLUTEAU, Rafael (1693). *Orações Gratulatórias na feliz vinda da muito alta e muito poderosa Rainha da Gran Bretanha compostas e recitadas na Igreja da Divina Providencia à Nobreza de Portugal nas três últimas tardes do mez de Janeiro de 1693*. Lisboa: na Officina de Miguel Deslandes, Impressor de Sua Magestade.

BLUTEAU, Rafael (1712). *Vocabulário Portuguez & Latino*. 2.º Vol. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus.

COELHO, Teresa Maria da Trindade de Campos (2014). *Os Nunes Tinoco, uma dinastia de architectos régios dos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Tese de doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

CRUZ, Frei Gaspar da [1569] (1996). *Tratado em que se contam muito por extenso as cousas da China com suas particularidades e assim do Reino de Ormuz composto por el R. Padre Frei Gaspar da Cruz da Ordem de São Domingos. Dirigido ao muito poderoso Rei Dom Sebastião Nosso Senhor*. Macau: Museu Marítimo de Macau; Instituto de Promoção do Comércio e Investimento de Macau.

EVELYN, John & BÉDOYÈRE, Guy de la (ed.) (1995). *The Writings of John Evelyn*. Londres: Boydell Press.

FLOR, Susana Varela (2012). *Aurum Reginae or Queen Gold: Retratos de D. Catarina de Bragança entre Portugal e a Inglaterra de Seiscentos*. Caxias: Fundação da Casa de Bragança.

FLOR, Susana Varela (2015). «D. Francisco de Melo Manuel da Câmara (1626-1678): biografia, património, estatuto social e fidelidades». *Análise Social*, 215, pp. 356-381.

FLOR, Susana Varela (2015). «Richer than Spices: o 'Oriente' no dote de D. Catarina de Bragança». In Maria João Ferreira, Pedro Flor, Teresa Leonor M. Vale (Coords), *Portugal, a Europa e o Oriente: Circulação de artistas, Modelos e Obras*. Lisboa: Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, pp. 141-150.

FLOR, Susana Varela (2021a). «Queen Catherine: a Braganza in seventeenth-century London - heritage, cultural identity and political individuality». In Jean Andrews e Jeremy Roe (eds.), *Representing Women's Political Identity in the Early Modern Iberian World*. London; New York: Routledge, pp. 293-319.

FLOR, Susana Varela (2021b). «"The Palace of the Soul Serene": Queen Catherine of Braganza and the consumption of Tea in Stuart England (1662-1693)». *e-journal of Portuguese History*, vol. 19, n.º 2 (Dez), pp. 171-191.

FLOR, Susana Varela (no prelo). «Architecture and Iconography of Lisbon in the Reign of Pedro II (1683-1706)». *Rivista d'Arte*.

GONÇALVES, Iria (2011). «A mesa itinerante dos nossos primeiros Reis». In Isabel Buescu e David Felismino (Coord.), *A mesa dos Reis de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 286-303.

GRANCHO, Nuno Cruz (2017). «António Coelho, um ourives da prata lisboeta na segunda metade do século XVII: as encomendas para D. Diogo de Sousa, arcebispo de Évora (1671-1678)». In Teresa Leonor Vale e Maria João Pereira Coutinho (coords.) *Lisboa e as Artes Decorativas: Obras, artistas, projectos* Cadernos do Arquivo Municipal, 2ª série, n.º 7, pp. 59-80.

LIMA, Durval Pires de (1950-1972). *História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, tomo 2.

LOURENÇO, Maria Paula Marçal (1999). *Casa, Corte e Património das Rainhas de Portugal (1640-1754), Poderes, Instituições e Relações Sociais*. Vol I. Lisboa: Universidade de Lisboa. Tese de doutoramento em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

MARTINHO, Bruno A. (2009). *O Paço da Ribeira nas vésperas do Terramoto*. Lisboa: Universidade Nova. Dissertação de mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da de Lisboa.

MENDONÇA, Isabel; CARITA, Hélder & MALTA, Marize (coord.) (2014). *A Casa Senhorial: entre Lisboa e o Rio de Janeiro: Anatomia dos Interiores*. Lisboa; Rio de Janeiro: Universidade Nova; Universidade Federal.

MIGUEL, Pedro Lopes Madureira Silva (2012). *Descobrir a dimensão Palaciana de Lisboa na primeira metade do século XVIII. Titulares, a corte, vivências e Sociabilidades*. 2 vols. Lisboa: Universidade Nova. Dissertação de Mestrado em História Mo-

derna e dos Descobrimentos, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

PINTO, Augusto Cardoso (1956). *A Cruz Processional da Capela de D. Catarina de Bragança Rainha de Inglaterra*. Lisboa: Fundação Casa de Bragança.

RAU, Virgínia (1941). «D. Catarina de Bragança, Rainha de Inglaterra». *Instituto*, n.º 98. pp. 5-330.

RAU, Virgínia (1947). *Inventário dos Bens da Rainha da Grã-Bretanha D. Catarina de Bragança*. *Boletim da Biblioteca de Coimbra*, vol. 18, pp. 1-98.

RIBEIRO, Mário de Sampayo (1935). «As Quintas Reais do lugar de Belém». *Anais das Bibliotecas, Museus e Arquivos Históricos Municipais*. N.º 15, (Jan. Maio), pp.11-21.

ROMA, Francisco Morato (1664). *A Luz da Medicina pratica racional, e methodica, guia de enfermeyros...* Lisboa: Oficina de Henrique Valente de Oliveira.

SERRÃO, Vitor (1977). «O arquitecto maneirista Pedro Nunes Tinoco: novos documentos e obras (1616-1636)». *Bo-*

letim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa, 3ª Série, n.º 83, pp. 3-61.

SOUSA, António Caetano de (1739). *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo 6. Coimbra: Atlântida Livraria Editora.

SOUSA, António Caetano de (1755). *Memórias Históricas e Genealógicas dos Grandes de Portugal...* Lisboa: na Régia Oficina Sylviana e da Academia Real.

THOMAS, Gertrude Z. (1965). *Richer than Spices – how a royal bride's dowry introduced cane, lacquer, cottons, tea and porcelain to England*. New York: Alfred. A. Knopf.

TRONI, Joana Almeida (2008). *Catarina de Bragança (1638-1705)*. Lisboa: Edições Colibri.

VALE, Teresa Leonor (2004). *Escultura Italiana em Portugal no século XVII*, Lisboa: Edições Caleidoscópio.